

Retrocessos no Eixo Gestão Ética, Democrática e Eficiente

O golpe de 2016 rompeu com a democracia, uma vez que desconsiderou o exercício de cidadania e a escolha de mais de 54 milhões de eleitores, rasgou a Constituição e implantou um projeto de País que foi reprovado nas urnas. Bolsonaro, por sua vez, venceu as eleições de forma fraudulenta, estruturando uma indústria de mentiras para destruir reputações de opositores e difundir fake news.

Poderes, Ministérios e Instituições Públicas

- Extinção dos ministérios do Trabalho, Cultura, Cidades, Esportes e Integração Racial, comprometendo a gestão de políticas nestes segmentos;
- Exoneração de servidores comissionados dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; da Indústria, Comércio Exterior e do Trabalho — pastas que foram extintas para formar o todo-poderoso Ministério da Economia, chefiado por Paulo Guedes. Anunciou também a demissão sumária de servidores que criticaram suas políticas em redes sociais privadas;
- Bolsonaro assinou a MP 870, que criou cargos de articulação política do Palácio do Planalto com o Congresso Nacional. Eles foram ocupados por deputados aliados do presidente que não se reelegeram nas últimas eleições. Além disso, fez um acordão com os partidos políticos que ele tanto criticou, para que o PSL apoiasse a reeleição de Rodrigo Maia na presidência da Câmara e ganhasse cargos na Câmara. O presidente também tem nomeado amigos e indicados por integrantes de seu governo sem qualquer critério de competência;
- Para aprovar medidas antipovo como a reforma da previdência, Bolsonaro mantém a prática da velha política, com promessas de cargos e de recursos para deputados que votarem favoravelmente a propostas do governo;
- Prática de nepotismo. Além dos filhos interferindo diretamente em decisões de governo, causando constrangimentos e impasses de diversas naturezas, a maior polêmica do início do governo foi a promoção do filho do vice-presidente, general Antonio Hamilton Rossell Mourão, no Banco do Brasil. Funcionário de carreira do banco há 18 anos, Rossell Mourão vinha atuando havia 11 anos como assessor na área de agronegócio da instituição, ganhando cerca de R\$ 12 mil mensais. Com a promoção, ele se tornou assessor especial do presidente do Banco do Brasil e seu salário foi mais do que triplicado, passando a ganhar R\$ 36,3 mil por mês;
- Desvalorização da diversidade, inclusive na composição do próprio governo, com pouca representatividade de mulheres e ausência de negros, tanto no governo Temer quanto Bolsonaro;
- Desvalorização dos serviços públicos, com a suspensão de concursos públicos e cortes de investimentos em profissionalização de servidores;
- Bolsonaro liberou as chefias do Itamaraty para nomeações políticas, quebrando uma tradição secular da diplomacia profissional brasileira;

- Atendendo aos apelos do filho investigado, Flávio, Bolsonaro quebrou uma tradição democrática de escolha do Procurador Geral da República pela lista tríplice do MP – quando os próprios procuradores indicam três nomes para o presidente da República – e quer indicar o subprocurador Antônio Carlos Simões Martins Soares para o cargo. Além dos interesses pessoais do filho, o nome cotado por Jair para a PGR já respondeu a processo por falsificação de documento, acusado de “delito contra a fé pública”.
- Em 04 de setembro de 2019, Bolsonaro exonerou o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), órgão ligado ao ministério da Economia, Luiz Augusto Ferreira, após Ferreira afirmar que recebeu pedidos “não republicanos” de seu superior, o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do ministério da Economia, Carlos da Costa.
- Bolsonaro indicou para a Procuradoria Geral da República, o sub-procurador Augusto Aras, que não integrava a lista tríplice de nomes sugeridos pela Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), que emitiu nota, classificando a escolha como um retrocesso democrático e institucional.
- Além de Bolsonaro – capitão reformado – e do vice, o general Hamilton Mourão, e de 8 de seus 22 ministros, há ao menos 2.500 militares em cargos de chefia ou assessoramento no governo.
- Apesar de afirmar, em seus discursos de campanha, que iria acabar com a mamata, Bolsonaro estourou os gastos com cartões corporativos, que são os maiores desde 2014. Entre os meses de fevereiro e setembro de 2019, a Secretaria de Administração do Palácio do Planalto, responsável pelas despesas do presidente, desembolsou R\$ 4,6 milhões com seus cartões.
- Em 19/01/2020, a revista Época divulgou que a economista Tatiana Alvarenga, a número dois de Damares Alves, foi nomeada por Bolsonaro no Conselho Fiscal da Casa da Moeda e, por cada reunião mensal, recebe mais R\$ 4,5 mil.
- Em 04/02/2020, petroleiros e servidores da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social) em greve se juntaram em frente ao prédio da estatal da tecnologia, no Rio de Janeiro, contra o autoritarismo e o desmonte do governo Bolsonaro e sua equipe econômica.
- Em 06/02/2020, a imprensa repercutiu a demissão de Gustavo Canuto do ministério do Desenvolvimento Regional, está deixando o cargo. No entanto, Canuto não ficou de fora do governo, mas foi para a presidência da Dataprev.
- Em 13/02/2020, o ministro Onyx Lorenzoni deixou a chefia da Casa Civil e foi substituído pelo general Walter Braga Netto. Onyx foi para o Ministério da Cidadania, tomando o lugar de Osmar Terra.
- Em 19/02/2020, o general-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, defendeu que Jair Bolsonaro convocasse o povo às ruas para afrontar o Congresso, em total desrespeito à divisão e autonomia dos poderes prevista pela Constituição. Em 25/02/2020, a jornalista Vera Magalhães revelou, por meio do blog BR Político, que Bolsonaro usou o celular pessoal para convocar manifestantes para o

ato marcado para o dia 15 de março, organizado por ativistas conservadores pró-Bolsonaro e contra o Congresso Nacional. Ministros do STF, lideranças políticas e da sociedade apontaram que a atitude de Bolsonaro configurou crime de responsabilidade, sendo passível, inclusive, de um processo de impeachment. O advogado criminalista e conselheiro do Human Rights, Augusto de Arruda Botelho, afirmou, em 26/02/2020, em sua conta do Twitter, que o presidente Bolsonaro assumiu o crime de responsabilidade ao confirmar “que encaminhou o vídeo convocando para uma manifestação que tem como uma das pautas o fechamento do Congresso”.

- Em 22/02/2020, Bolsonaro declarou que decidiu “implodir” o Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e anunciou a demissão de toda a diretoria do órgão.
- Em 28/02/2020, o jornalista Lauro Jardim revelou que um dos vídeos compartilhados via WhatsApp por Bolsonaro, convocando apoiadores a participarem de um ato anti-Congresso, foi narrado pelo coordenador-geral de publicidade e propaganda da Embratur, uma autarquia federal, Silvio Santos Nascimento. Ele foi nomeado para o cargo na gestão de Jair Bolsonaro.
- Em 03/03/2020, oito partidos de oposição - PT, PSB, PDT, Psol, PCdoB, Rede, PV e Unidade Popular - assinaram um documento conjunto contra a agenda do presidente Bolsonaro. Em nota, o grupo disse que a situação política, econômica e social do país é cada dia mais grave e que o presidente afronta sistematicamente a Constituição e a democracia.

Reforma Administrativa

- Em outubro de 2019, o governo Bolsonaro finalizou sua proposta de reforma administrativa, que estabelece novas regras para contratação de servidores, define salários iniciais mais próximos aos do setor privado, endurece as regras para promoções, flexibiliza o processo de demissão de servidores e reduz o número de carreiras. Entre as medidas estudadas, estão a redução dos salários de entrada e a reestruturação da progressão para que o servidor só chegue ao teto no final da carreira. Em relação à estabilidade, a proposta do governo é, após período de dois anos, os servidores aprovados em concurso poderiam se enquadrar em três categorias diferentes: sem estabilidade (podendo ser demitidos sem justa causa), com estabilidade (para carreiras específicas, sujeitas a pressões, como auditores) e por tempo determinado (em que não é possível seguir carreira e há um limite máximo de tempo no cargo). Atualmente, para demitir um servidor é preciso realizar um processo administrativo disciplinar (PAD), segundo a lei nº 8.112. Tem que ficar comprovado, entre outros casos, que houve crime contra a administração pública, abandono do cargo, improbidade administrativa ou corrupção.
- Em 05/11/2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que servidor público filiado a partido político não terá direito a estabilidade no emprego.
- Em 08/11/2019, o Estadão divulgou que juízes, procuradores e parlamentares vão ficar, num primeiro momento, fora do alcance das medidas da reforma administrativa.

- Em 25/11/2019, Bolsonaro decidiu enviar a reforma administrativa ao Congresso somente em 2020.

Relações Internacionais

A postura submissa e entreguista do governo de Jair Bolsonaro em relação aos EUA está acabando com a política externa ativa e altiva dos governos petistas, bem como destruindo a imagem do Brasil no mundo. Além disso, suas declarações descabidas e, em alguns casos desrespeitosas, causaram reações negativas em vários países. Os entraves prejudicam relações econômicas, ameaçam acordos multilaterais e já levaram o país a perder recursos milionários do Fundo da Amazônia. Os principais retrocessos e crises diplomáticas causados pela falta de habilidade do governo na política externa são:

- Antes mesmo de assumir o cargo, Bolsonaro chamou os cubanos de cascavéis, terroristas e criticou o Mais Médicos. Sem provas, afirmou que os profissionais cubanos vieram ao Brasil pelo programa para formar “núcleos de guerrilha do PT”. Ao fazer essas declarações sem qualquer justificativa plausível, Bolsonaro acabou por instaurar uma das mais graves crises do seu governo ao deixar milhões de brasileiros sem direito à saúde.
- Após visita aos EUA, o presidente liberou a isenção unilateral do visto para norte-americanos, cedeu a Base de Alcântara para lançamentos aeroespaciais estadunidenses, bem como deu apoio incondicional a Trump no caso da Venezuela.
- O Mercosul e as relações com os países da América Latina perderam a relevância que tiveram nos últimos anos.
- As críticas de Bolsonaro à China também geraram uma crise com o país.
- Ao prometer transferir a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, Bolsonaro criou outra crise comercial. Em retaliação, a Arábia Saudita, maior importadora de carne de frango do Brasil, riscou cinco frigoríficos da lista dos exportadores brasileiros para o país árabe. A transferência de embaixada não chegou a ser concretizada, mas, em abril, Jair voltou a tocar no assunto e anunciar que abriria um escritório comercial em Jerusalém, o que causou ainda mais reações negativas na região. A insistência de Jair Bolsonaro em reconhecer Jerusalém como capital de Israel mexe em uma ferida antiga, do conflito com os palestinos que afeta a região desde o início do século XX e até hoje não tem solução.
- O presidente liberou as chefias do Itamaraty para nomeações políticas, quebrando uma tradição secular da diplomacia profissional brasileira.
- O desrespeito de Bolsonaro com aqueles que pensam diferente tem dificultado as relações do Brasil com países vizinhos, como é o caso da Argentina. Com a vitória de Alberto Fernández e Cristina Kirchner nas prévias eleitorais, Jair atacou a chapa que chegou a chamar de “bandidos de esquerda”. Em resposta, Fernández chamou Jair de “racista, misógino e violento”. Caso a vitória da dupla se confirme nas eleições, em outubro, o impasse pode trazer consequências negativas para o Mercosul.

- A política ambiental de Bolsonaro levou o governo da Alemanha a anunciar a suspensão de R\$155 milhões do Fundo da Amazônia. De forma desrespeitosa, ele respondeu que a chanceler alemã Angela Merkel deveria pegar a “grana” e reflorestar seu próprio país. Por sua postura, Bolsonaro foi ridicularizado em um programa humorístico da TV estatal alemã, chamado de “o boçal de Ipanema”.
- A questão do Fundo da Amazônia gerou desavenças também com a Noruega que, depois da Alemanha, anunciou a suspensão de R\$133 milhões em repasses ao programa. Em resposta, Bolsonaro publicou o vídeo de uma suposta “matança a baleias” e disse que o país “não tem nada a oferecer para nós”. O vídeo, no entanto, era de um evento da Dinamarca.
- O vídeo que Bolsonaro divulgou para atacar a Noruega causou reações negativas na Dinamarca. Um dos principais jornais do país, o Berlingske, acusou Jair de disseminar fake news por estar furioso com o fim dos repasses para o Fundo da Amazônia.
- A lista de países que reagiu ao desastre ambiental da gestão Bolsonaro também inclui a Finlândia. Lá, o ministro das Finanças Mika Lintila afirmou que, tanto o país como a União Europeia, deveriam “rever com urgência a possibilidade de proibir as importações brasileiras de carne bovina”. O caso mostra como o desgoverno de Jair Bolsonaro ameaça as relações comerciais do Brasil.
- Diante da destruição que as queimadas criminosas vêm provocando na floresta amazônica, o presidente da França, Emmanuel Macron, convocou uma reunião do G7 para discutir as políticas ambientais do Brasil. No dia seguinte, o gabinete do presidente francês acusou Jair de mentir sobre a pauta ambiental na reunião do G20, realizada em junho, no Japão. Bolsonaro, por sua vez, fez uma série de declarações desrespeitosas sobre Macron, até mesmo sobre sua esposa, o que agravou as relações diplomáticas com o país. Bolsonaro já havia criado constrangimento com a França, ao faltar a um encontro com o ministro das Relações Exteriores Jean-Yves Le Drian e transmitir um vídeo ao vivo cortando o cabelo no mesmo horário da reunião.
- Mais de 18 marcas internacionais, como Kipling, Vans e Timberland, cancelaram a compra de couro brasileiro por conta das notícias que relacionavam as queimadas na Amazônia ao agronegócio e à irresponsabilidade ambiental do governo Bolsonaro.
- Em mais um ato de servilismo aos Estados Unidos, o governo Bolsonaro definiu a ampliação da importação de etanol norte-americano com tarifa zero, sem contrapartida para o Brasil.
- O gigante sueco da moda H&M anunciou, no início de setembro de 2019, que suspenderá imediatamente a compra de couro do Brasil “devido à conexão dos graves incêndios da Amazônia com a produção pecuarista”. A empresa sueca é a segunda maior varejista de moda do mundo.
- Isolado da comunidade internacional, com raiva do mundo pelas reações negativas ao seu comportamento de tirano defensor de torturas e assassinatos e conduta irresponsável ao não proteger a Floresta Amazônica, Jair Bolsonaro deu calote bilionário na ONU - Organização das Nações Unidas em 2019. O governo acumula um

atraso inédito com a organização, somando US\$ 433,5 milhões, mais de R\$ 1,7 bilhão. Além de prejudicar a imagem do País no exterior, o calote compromete a candidatura do Brasil a uma vaga no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

- Após a Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, fazer um duro questionamento ao governo Bolsonaro, afirmando que o espaço democrático no Brasil está encolhendo, o presidente brasileiro criou uma nova crise, agora com o Chile, ao atacar a memória do pai da ex-presidente chilena, torturado e morto pela ditadura Pinochet. Forças políticas de esquerda, centro e direita chilenas criticaram veementemente a atitude de Bolsonaro. Ampliando a crise diplomática, o Ministério das Relações Exteriores emitiu uma nota endossando os ataques de Bolsonaro e acusando Michelle Bachelet de mentir.
- Agravando a crise diplomática com a França, o ministro da Economia Paulo Guedes reforçou os ataques de Bolsonaro à primeira-dama francesa, afirmando que “ela é feia mesmo”. Após mais esse episódio de ofensas, a filha de Brigitte Macron lançou uma campanha contra a misoginia.
- O Itamaraty decretou censura no acesso a documentos oficiais que expliquem o motivo pelo qual o governo brasileiro passou a rejeitar, na ONU, o termo "igualdade de gênero" ou "educação sexual" em resoluções e textos oficiais -até 2024.
- Em meio à crise diplomática internacional gerada pelo governo Bolsonaro por conta das queimadas criminosas na Amazônia, os nove governadores do Nordeste decidiram ir à Europa, na segunda quinzena de novembro de 2019, para reivindicar recursos recusados por Bolsonaro para o combate ao desmatamento e buscar investimentos estrangeiros.
- Em discurso proferido na Fundação Heritage, em Washington, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2019, o chanceler do Brasil, Ernesto Araújo, negou o aquecimento global e sugeriu a existência de um complô marxista no planeta, que pegou mal até para os conservadores presentes no evento. A postura negacionista e conspiratória do chanceler traz prejuízos reais ao Brasil no que tange aos investimentos estrangeiros no país, pois abala a confiança em relação ao futuro econômico do Brasil.
- O alinhamento econômico do governo Bolsonaro com os EUA e Israel está trazendo prejuízos no comércio brasileiro em 2019. De janeiro e agosto, a balança comercial brasileira teve saldo negativo de 352 milhões de dólares e de 519 milhões de dólares, respectivamente, com Estados Unidos e Israel. No total das transações com os dois, o Brasil perdeu 871 milhões de dólares (cerca de R\$ 3,5 bilhões).
- Por conta da falta de compromisso do governo Bolsonaro com a preservação da Amazônia, o Parlamento da Áustria decidiu no dia 17 de setembro de 2019, opor-se à entrada em vigor do acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul.
- Um grupo de 230 investidores internacionais divulgou, no dia 18 de setembro de 2019, um manifesto afirmando que acompanha com “grande preocupação” o que chamou de “crescente crise do desmatamento e dos incêndios florestais” no Brasil. No início de setembro, o mercado financeiro já anunciou o que chamou de “risco Bolsonaro”,

afirmando que as declarações públicas do presidente, especialmente seu posicionamento beligerante em relação a temas mundiais como a questão ambiental, tem afugentado os investidores.

- Em mais um vexame diplomático, no dia 22 de setembro de 2019, o filho do presidente, deputado Eduardo Bolsonaro, chamou a ex-presidente do Chile, Michele Bachelet de ladra e a mandou devolver o dinheiro roubado do Brasil.
- A imagem e o respeito do Brasil no exterior pioraram consideravelmente após o discurso de Bolsonaro, em 24 de setembro de 2019, na Assembleia Geral da ONU em Nova York, nos Estados Unidos. Desde que chegou na cidade, Bolsonaro foi alvo de protestos por conta de sua política ambiental destrutiva, mas isso não sensibilizou o presidente, que fez um discurso arrogante, negacionista, repleto de informações falsas e ataques a França, Cuba, Venezuela, aos governos petistas e à mídia. A repercussão do discurso no Brasil e no exterior foi extremamente negativa. No dia seguinte ao discurso, 16 deputados do Partido Democrata, dos Estados Unidos, apresentaram uma resolução na Câmara dos Representantes para dificultar os laços entre o governo brasileiro e estadunidense.
- A ministra francesa do Meio Ambiente, Elisabeth Borne, confirmou, em 08/10/2019, que a França não assinará o Acordo EU-Mercosul sobre questões agrícolas, por conta da política ambiental do governo Bolsonaro, que desrespeita a floresta Amazônica e o Tratado de Paris.
- Em 08/10/2019, o chanceler Ernesto Araújo, anunciou a aproximação do governo Bolsonaro com a Hungria, também comandada pela extrema-direita.
- Segundo maior devedor da ONU, acumulando pagamentos atrasados no valor de US\$ 433,5 milhões para todas as áreas da entidade, o governo do Brasil recebeu carta de cobrança do secretário-geral da entidade, António Guterres.
- Em julho de 2019, Jair Bolsonaro concedeu, por meio do Itamaraty, passaporte diplomático para parentes de suspeito da morte de Marielle Franco. João Vitor Moraes Brazão e Dalila Maria de Moraes Brazão, são filho e esposa do deputado federal Chiquinho Brazão, que também possui o documento. O deputado é irmão de Domingos Inácio Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) acusado de obstruir as investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e suspeito de ser um dos mandantes do crime.
- Em 10/10/2019, o governo dos EUA se recusou a endossar a tentativa do Brasil de ingressar na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apesar das concessões unilaterais feitas pelo governo Bolsonaro aos EUA, ou seja, mais um vexame internacional da desastrosa política externa ideológica e entreguista de Bolsonaro.
- Após retornar de viagem para Alemanha, no início de outubro de 2019, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, encontrou-se com Bolsonaro para relatar a péssima imagem do Brasil no exterior, como consequência, sobretudo, da questão das queimadas na Amazônia.

- Em 21/10/2019, empresários da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Coalização Empresarial Brasileira (CEB) declararam que Bolsonaro é um obstáculo para as negociações com o Mercosul, por sua falta de transparência.
- Em 22/10/2019, o diplomata Audo Araújo Faleiro foi exonerado pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, do cargo de chefe da divisão que cuida da Europa Ocidental, por ter trabalhado em administrações petistas.
- Em 24/10/2019, a imprensa divulgou que o governo Bolsonaro vai isentar chineses de visto para entrar no país e que, em princípio, não haverá reciprocidade na medida.
- Em 25/10/2019, Bolsonaro afirmou que as manifestações no Chile foram “atos terroristas”, mais uma vez, criando desconforto diplomático com o país.
- Após Bolsonaro considerar a saída do Brasil do Mercosul, os ministérios da Economia e de Relações Exteriores do governo Bolsonaro estão avaliando os impactos para o país, que incluem perdas bilionárias decorrentes do fim das exportações brasileiras com tarifas diferenciadas aos países do bloco e as perdas para cidadãos.
- O Ministério das Relações Exteriores divulgou, em 25/10/2019, um informe no qual afirmou não reconhecer "neste momento" a reeleição do presidente Evo Morales para seu quarto mandato.
- Como retaliação, Bolsonaro indicou o ex-porta-voz de Lula, o diplomata Marcelo Baumbach, para Embaixada do Haiti, em 26/10/2019.
- Em 28/10/2019, Bolsonaro afirmou, em entrevista, que não iria cumprimentar o presidente eleito da Argentina, Alberto Fernández, quebrando uma tradição diplomática entre os países vizinhos. Além disso, Bolsonaro fez críticas a Fernández, sobre a sua defesa à liberdade do ex-presidente Lula. Em nova afronta, no dia 02/11/2019, Bolsonaro informou que não vai nem enviará nenhum representante do Brasil para a posse do candidato vitorioso. Eduardo Bolsonaro também fez críticas ao presidente eleito, ao seu filho – que atua como Drag Queen e é ativista LGBT+ – e aprovou, em 06/11/2019, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que preside, um requerimento pedindo o repúdio ao presidente eleito na Argentina, por desrespeito ao sistema judiciário brasileiro, ao defender Lula. O chanceler do atual governo argentino, Jorge Faurie, condenou as críticas da família Bolsonaro à vitória de Fernández, em carta enviada ao embaixador brasileiro em Buenos Aires em 31/10/2019.
- Após Bolsonaro dizer, em entrevista ao Estadão no dia 29/10/2019, que esperava que o candidato do Partido Nacional, Luis Lacalle Pou, tivesse sucesso no segundo turno das eleições no Uruguai, em 31/10/2019, Pou criticou as declarações do presidente brasileiro, que, segundo ele, não deveria opinar sobre processos eleitorais de outros países (já que teria que se dar bem com qualquer que fosse o eleito) e pediu que ele não o apoiasse. No mesmo dia, o Ministério de Relações Exteriores do Uruguai convocou o embaixador do Brasil no país para dar explicações sobre essas declarações feitas por Bolsonaro a respeito do processo eleitoral uruguaio.

- Rompendo a tradição, no início de novembro de 2019, o Brasil votou na Assembleia Geral da ONU, pela primeira vez em 27 anos, a favor do embargo econômico, comercial e financeiro a Cuba, que começou em 1962, promovido pelo governo norte-americano. Além do governo brasileiro, somente os EUA e Israel defenderam o embargo.
- O jornalista Jamil Chade informou, em 08/11/2019, que o Itamaraty tem enviado diplomatas para universidades no exterior para fazer propaganda dos planos do governo Bolsonaro e questionar acadêmicos e convidados destas instituições em debates que tratem do atual governo brasileiro.
- Os empresários Mario Ye Sui Yong e Thomas Law foram incluídos como intérpretes na comitiva do presidente Bolsonaro na viagem à China no final de outubro de 2019. Yong é apontado como líder de um grupo que comercializa produtos na Feira do Paraguai, em Brasília, e no centro de SP. Thomas é filho de Law Kin Chong, que já foi preso por suborno e acusação de contrabando.
- Em 10/11/2019, o jornal boliviano El Periódico revelou áudios mostrando a articulação do governo Bolsonaro com a oposição direita boliviana para a derrubada do governo de Evo Morales. No mesmo dia, Bolsonaro comemorou o golpe em seu Twitter.
- A subserviência do governo brasileiro em relação aos Estados Unidos causou mal-estar na cúpula dos BRICS. Nas negociações para formular a declaração oficial da cúpula, nos dias 13 e 14/11/2019, o Itamaraty atuou para convencer os membros do grupo a retirar do documento trechos que contrariavam interesses norte-americanos no Oriente Médio.
- Em 13/11/2019, a embaixada da Venezuela em Brasília foi invadida por apoiadores de Juan Guaidó, que se autointitulou presidente venezuelano. O deputado federal Eduardo Bolsonaro foi às redes sociais para apoiar a invasão. A ONU emitiu um alerta ao governo brasileiro, afirmando que todos os países têm a responsabilidade de proteger embaixadas estrangeiras em seus territórios. Ainda durante a invasão, a imprensa divulgou que o governo Bolsonaro participou ativamente da ação e que o diplomata Maurício Correa estava no prédio da embaixada na qualidade de representante oficial do governo. O senador Telmário Mota (PROS), presidente da subcomissão de Relações Exteriores do Senado que trata da crise venezuelana, corroborou a informação divulgada pela imprensa, dizendo que o Itamaraty estava controlando quem entrava e saía da Embaixada. Apesar das denúncias, o governo emitiu nota negando que participou ou incentivou a invasão. Também foi divulgado pela imprensa que um dos veículos usados na invasão pertencia à presidente do Rotary Club de Brasília, Maria do Carmo Zinato. Policiais Militares que estavam dentro da embaixada afirmaram a pessoas no interior do prédio que não tinham orientação do governo Bolsonaro sobre o que fazer diante da invasão. Apesar de negar que tivesse conhecimento da ação, auxiliares de Bolsonaro foram informados por volta das 6 horas da manhã de que partidários de Guaidó haviam invadido a Embaixada da Venezuela. Em seu Twitter, o chanceler da Venezuela, Jorge Arreaza, culpou o governo brasileiro pela invasão e o responsabilizou pela segurança da equipe e das instalações

da Embaixada, além de exigir respeito pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas”.

- Em 12/11/2019, deputados de oposição apresentaram um requerimento exigindo que o Itamaraty explicasse se teve algum papel nos acontecimentos que levaram à queda do presidente da Bolívia, Evo Morales, e pedindo que todos os telegramas internos do Itamaraty envolvendo a análise da situação no país vizinho em 2019 fossem entregues. No mesmo dia, o Itamaraty divulgou comunidade, afirmando que a permanência de Evo Morales no poder seria uma ameaça à “ordem democrática” na Bolívia, ou seja, apoiando o golpe de Estado naquele país, e o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, anunciou que o Brasil reconhecia a senadora Jeanine Añez como a presidenta da Bolívia. Em 14/11/2019, o líder do movimento que derrubou Evo Morales, Luis Fernando Camacho, afirmou que o governo brasileiro tinha conhecimento de tudo que estava sendo feito pelos golpistas na Bolívia.
- Em 13/11/2019, a imprensa divulgou os resultados dos acordos comerciais entre o governo Bolsonaro e a China, ressaltando que a exportação de produtos brasileiros para os chineses caiu 9,9% em 2019 em comparação com 2018 e a importação manteve-se quase estável, com crescimento de 0,73%. Na Cúpula dos BRICS, os dois países firmaram um tímido acordo comercial que nem sequer foi detalhado nos discursos oficiais.
- Em 13/11/2019, o jornalista Vicente Nunes, do Correio Brasiliense, denunciou em seu Twitter que o governo Bolsonaro, especialmente o Itamaraty, desprezou a atividade de jornalistas durante a cobertura da cúpula dos BRICS.
- Em 15/11/2019, o jornalista Jamil Chade informou que o Brasil foi um dos 11 países que votaram contra uma resolução da ONU que pedia investigações sobre possíveis abusos de direitos humanos por parte de Israel contra o povo palestino. A resolução foi aprovada com 82 países dando seu apoio.
- Em 21/11/2019, o chanceler da Venezuela, Jorge Arreaza, denunciou que a invasão da embaixada da Venezuela em Brasília foi executada sob comando de Jair Bolsonaro.
- Em 21/11/2019, a ONU cobrou a dívida de US\$415,8 milhões do Brasil com a entidade. O país está a um mês de perder o direito de voto na Assembleia Geral das Nações Unidas por ser mau pagador. Para não perder espaço na ONU, o Brasil deve, pelo menos, efetuar o pagamento mínimo da fatura, de 126 milhões de dólares até início de janeiro de 2020.
- Em 26/11/2019, candidatos à carreira diplomática denunciaram que o concurso do Ministério de Relações Exteriores para carreira favoreceu alunos na seleção. Eles alegaram que as provas da segunda fase divulgaram em suas folhas de resposta número de inscrição de todos os candidatos, assim como os locais de prova. Isso permitiu que a banca avaliadora tivesse acesso à identidade de cada participante, comprometendo a isonomia do processo.
- Em 27/11/2019, o Brasil 247 divulgou que o governo Bolsonaro mantém entendimentos com o governo de extrema-direita de Viktor Orban da Hungria, um dos

mais reacionários da Europa, visando financiar grupos fundamentalistas cristãos no Oriente Médio.

- Em 28/11/2019, durante discurso em conferência internacional organizada pelo governo Viktor Orban, na Hungria, o secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania do governo Bolsonaro, embaixador Fabio Mendes Marzano, falou sobre como Bolsonaro colocando a religião no processo de formulação de políticas públicas, ou seja, contrariando o que diz a Constituição.
- Em 02/12/2019, o presidente dos EUA, Donald Trump acusou o Brasil de desvalorizar real e anunciou tarifa sobre aço e alumínio brasileiros.
- Em 05/12/2019, Bolsonaro decidiu indicar o diretor de marketing de uma empresa de defesa israelense no Brasil e coronel da reserva Paulo Jorge de Nápolis para ser o próximo embaixador do país em Israel.
- Em 08/12/2019, Bolsonaro cancelou a ida do ministro da Cidadania, Osmar Terra, à posse do presidente eleito na Argentina, Alberto Fernández, no dia 10/12/2019. Em 09/12, o presidente recuou e decidiu enviar o vice-presidente Hamilton Mourão para a posse.
- Em 10/12/2019, a imprensa divulgou mais uma manobra do presidente norte-americano Donald Trump na Organização Mundial do Comércio que vai prejudicar as exportações brasileiras. A manutenção de um veto pelo governo Trump vai paralisar as funções do órgão de apelação da OMC, e disputas comerciais já não terão um tribunal, abrindo uma era de “lei da selva” no cenário internacional.
- Em 16/12/2019, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, que comanda diplomacia ideológica do governo de seu pai, inaugurou escritório comercial do governo brasileiro em Jerusalém e prometeu, mais uma vez, a mudança da embaixada para o local.
- Em 17/12/2019, Bolsonaro usou sua conta no Twitter para expor e atacar as medidas já adotadas pelo presidente eleito da Argentina, Alberto Fernández, sugerindo que os rumos do novo governo argentino influenciarão negativamente na região Sul do Brasil.
- Em 18/12/2019, o chanceler Ernesto Araújo distribuiu, por meio do clipping do Itamaraty, um artigo intitulado “Para além do horizonte comunista”, alertando para a volta de uma suposta ameaça comunista nos países da América Latina.
- Em 29/12/2019, em um duro comunicado divulgado nas redes sociais pelo chanceler Jorge Arreaza, o Ministério de Relações Exteriores da Venezuela rechaçou e denunciou perante a comunidade internacional a decisão do governo Bolsonaro de dar status de refugiados a cinco “terroristas”, dissidentes das forças armadas venezuelanas, que confessaram participação no assalto ao Batalhão de infantaria de Selva de Gran Sabana, quando roubaram 120 fuzis e 9 lança-foguetes, deixando um militar morto.
- Em 03/01/2020, Bolsonaro disse que se o Irã retaliasse o ataque que sofreu dos Estados Unidos seria “uma operação quase suicida”. A fala foi feita em entrevista ao apresentador do programa Brasil Urgente, da Band, José Datena, demonstrando que a posição do seu governo é, mais uma vez, em favor dos EUA. No mesmo dia, o

Itamaraty se manifestou, por nota, oficialmente a favor dos EUA no ataque ao Irã. O alinhamento do governo Bolsonaro aos EUA não só violou a Constituição brasileira, que, no artigo 4º, afirma que um dos princípios das relações internacionais da República Federativa do Brasil é a "solução pacífica dos conflitos", como também expôs brasileiras e brasileiros a riscos.

- Em 06/01/2020, para bajular o presidente dos EUA, Bolsonaro afirmou que o iraniano Qassem Soleimani, assassinado por forças norte-americanas, não era general, colocando, mais uma vez, a relação do país com os iranianos em risco, já que o Brasil tem superávit de 2.4 bi no comércio com o Irã, que também é o maior importador de milho brasileiro.
- Em 15/01/2020, o governo Bolsonaro decidiu retirar o Brasil da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Fontes disseram que a medida foi adotada, entre outros motivos, à presença de "ditaduras" no bloco.
- Em 19/01/2020, produtores rurais indianos lançaram uma campanha contra a presença do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, nas comemorações do Dia da República da Índia, que aconteceram em 26 de janeiro de 2020.
- Em 10/02/2020, os Estados Unidos anunciaram que o Brasil foi retirado da lista de países em desenvolvimento. Em nota divulgada pelo Departamento de Comércio, mais 18 países como África do Sul, Índia e Colômbia também foram retirados dessa lista. Segundo a nota, o objetivo do governo Trump é reduzir o número dos países em desenvolvimento que poderiam receber tratamento especial sem serem afetados por barreiras contra seus produtos. De acordo com o especialista em relações internacionais, Marcelo Zero, essa medida dos EUA causará prejuízo de US\$ 4,45 bilhões às exportações brasileiras.
- Em 14/02/2020, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, afirmou que o governo Bolsonaro abriga "grupos terroristas" que preparam ataques contra o território venezuelano. O presidente se referiu aos ex-militares que participaram de um assalto a um quartel venezuelano localizado no distrito de Luepa, município Gran Sabana, no estado de Bolívar, em dezembro de 2019. Na ocasião, foram roubados mais de 100 fuzis e dois mísseis. Quase todo o armamento foi recuperado pelas forças de segurança venezuelanas. No entanto, alguns fuzis continuam em poder de cinco militares desertores que receberam asilo do governo brasileiro.

Corrupção

Embora tenha usado o combate à corrupção como bandeira de campanha, Bolsonaro não se mostra realmente disposto a acabar com a corrupção em seu governo. Alguns fatos comprovam tal afirmação:

- Nomeou investigados para ocupar ministérios e cargos.
- Assinou um decreto limitando a atuação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão que apontou movimentações financeiras suspeitas de mais

de 1,2 milhão feitas por Fabrício Queiroz, ex-motorista do seu filho, o senador Flávio Bolsonaro. A investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro mostra que o senador Flávio Bolsonaro possuía uma “organização criminosa” dentro de seu gabinete, já que fazia uma “clara divisão de tarefas” para desviar recursos públicos. Os promotores do caso ainda afirmaram que o ex-assessor de Flávio, Fabrício Queiroz tentou assumir a responsabilidade sozinho “para desviar o foco” do senador do PSL. No dia 30 de setembro, o ministro do STF, Gilmar Mendes, acatou o pedido de Flávio Bolsonaro e suspendeu as investigações que estavam sendo feitas pelo Ministério Público do Rio e a tramitação no Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) de recursos relacionados ao caso, até o julgamento do tema pelo Supremo.

- Envolvimento direto com desvio de recursos públicos, com as milícias e com candidaturas laranja do seu partido, o PSL.
- Interferência direta na troca de comando na Polícia Federal no Rio, bem como na Receita Federal do mesmo estado, para proteger o filho Flávio e as milícias cariocas, com quem tem fortes ligações. Há, também, rumores de que a interferência de Bolsonaro na PF tenha sido motivada por um inquérito contra o deputado federal do PSL, Hélio Lopes, o Hélio Negão, frequentemente visto ao lado do presidente.
- Em meio à interferência de Bolsonaro no comando da PF, o ministro da Justiça Sergio Moro determinou a “imediata apuração dos fatos no âmbito administrativo e criminal, com a identificação dos responsáveis” por suposta fraude na investigação que teria entre os alvos o aliado de Bolsonaro e possível candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, o deputado Hélio Negão (PSL-RJ). Ação de Moro evidencia que a PF está se tornando uma espécie de polícia política do atual governo.
- Um inquérito sigiloso sobre as transações imobiliárias suspeitas do senador Flávio Bolsonaro está parado há cerca de seis meses na Justiça, demonstrando a interferência do governo nas investigações.
- A esposa de Bolsonaro, Michele, foi apontada como gestora do caixa 2 da família, resultante de desvios dos gabinetes parlamentares.
- Após a instauração da CPI das Fake News na Câmara dos Deputados, o PSL entrou com mandado de Segurança no STF para tentar impedir a apuração desta indústria de mentiras que favoreceu a eleição de Jair Bolsonaro, bem como tem lhe dado sustentação, além de destruir reputações de lideranças e partidos que fazem oposição ao governo. Segundo o presidente da CPI, senador Angelo Coronel (PSD), o vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente, será convocado para esclarecimentos, já que foi responsável pela campanha eleitoral do seu pai nas redes sociais.
- Desde que começaram as movimentações para a criação da CPI da Lava Toga no Senado – com o intuito de investigar a atuação de tribunais superiores e o que chamam de “ativismo judicial”, expressão que se refere a uma interferência do Judiciário nos demais Poderes –, os filhos do presidente, deputado Eduardo Bolsonaro e senador Flávio Bolsonaro, têm atuado no sentido de inviabilizá-la, pressionando, inclusive, aliados do governo e políticos do PSL para que não assinem o requerimento de criação da Comissão.

- A revisão de termos do tratado da Usina Hidrelétrica de Itaipu entre Paraguai e Brasil é outro escândalo envolvendo o presidente Bolsonaro. Como parte das tratativas iniciadas em março, o presidente paraguaio, Abdo Benítez, assinou às escuras um acordo que praticamente cede a soberania energética do Paraguai ao Brasil. O novo acordo secreto estabeleceu que o Brasil pagaria menos pela energia excedente paraguaia, impondo ao país vizinho um prejuízo calculado em 200 milhões de dólares. Quando o acerto por baixo dos panos veio à tona, cinco integrantes do governo vizinho foram obrigados a renunciar, entre eles o ministro das Relações Exteriores e o presidente paraguaio de Itaipu. Sob o risco crescente de um impeachment, o Paraguai sustou o acerto em 1º de agosto de 2019, e o Brasil aceitou o recuo prontamente, no dia seguinte, sob o mais profundo silêncio das autoridades. Bolsonaro esperava abafar o caso rapidamente, mas não será tão fácil. Em 13 de setembro de 2019, a Câmara dos Deputados aprovou as convocações do chanceler Ernesto Araújo e do ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Costa Lima Leite, para prestarem esclarecimentos. Também foi convidado o general Silva e Luna, presidente da porção brasileira de Itaipu. A oposição tenta conseguir documentos para justificar a abertura de uma CPI. Do lado paraguaio, também há uma investigação, ouvindo todos os envolvidos no caso. Em desdobramento do caso, Pedro Ferreira, ex-presidente da Ande (a estatal de energia do Paraguai) que é engenheiro, disse, em depoimento à CPI criada para investigar a venda de energia de Itaipu, que o empresário Alexandre Giordano, suplente do senador Major Olímpio do PSL, citou o nome da família Bolsonaro em uma reunião entre representantes da Léros e da estatal.
- Em meio à criação da CPI das Fake News, o cantor Lobão afirmou, em entrevista ao Catraca Livre, do jornalista Gilberto Dimenstein, que o blogueiro que comanda milícia virtual bolsonarista, Allan dos Santos, está morando em uma mansão no lago sul de Brasília, bancada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro.
- Apesar da abertura da CPI das Fake News, reportagem do portal UOL de 19 de setembro de 2019 informou que a rede de desinformação que espalhou notícias falsas e deturpadas pró-Bolsonaro pelo aplicativo WhatsApp durante as eleições de 2018, com o uso de robôs e disparo em massa de mensagens, continua pelo menos parcialmente ativa. Dados obtidos pela reportagem apontam que 80% das contas no aplicativo de mensagens ainda estão em funcionamento.
- Uma produtora de Petrolina/PE, que só existe no papel, recebeu 240 mil reais da campanha de Bolsonaro em 2018.
- No final de setembro, a Folha de S. Paulo denunciou que o Diretório Nacional do PSL, partido de Bolsonaro, contratou 64 policiais civis e militares ativos para atuar em serviços de segurança privada durante a campanha eleitoral, prática vedada pela legislação. O partido gastou mais de R\$ 50 mil nestes serviços.
- Bolsonaro montou um núcleo na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), com o objetivo de que o grupo o alerte sobre eventuais investigações contra aliados e familiares na Polícia e na Receita Federal.
- A Polícia Federal indiciou o ministro do Turismo do governo Bolsonaro, Marcelo Álvaro Antônio, no inquérito sobre uso de candidaturas-laranja pelo PSL em Minas Gerais. De

acordo com revelação da Folha de S. Paulo em 06/10/2019, em depoimento à PF, o ex-assessor do ministro, Haissander Souza, afirmou que o dinheiro do esquema de candidaturas-laranja do PSL em Minas abasteceu, por meio de caixa dois, as campanhas de Jair Bolsonaro e do ministro do Turismo. Planilhas apreendidas pela PF sugerem o mesmo.

- A Folha de S. Paulo divulgou em 08/10/2019, que o WhatsApp admitiu pela primeira vez que a eleição brasileira de 2018 teve uso de envios maciços de mensagens, com sistemas automatizados contratados de empresas, beneficiando a candidatura de Jair Bolsonaro.
- O procurador de Justiça de São Paulo, Ricardo Dias Leme, apresentou, em 08/10/2019, parecer favorável à quebra de sigilo bancário e fiscal do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em inquérito civil que apura possível enriquecimento ilícito do atual ministro entre 2012 e 2018.
- No início de outubro de 2019, o Ministério Público Eleitoral pediu que a Justiça determine a abertura de um segundo inquérito contra o ministro do turismo, Marcelo Álvaro Antônio (PSL), por suposto uso de caixa dois na eleição de 2018, relatado por novas testemunhas que participaram da campanha do atual ministro para deputado federal, em Conselheiro Lafaiete, na Região Central de Minas Gerais.
- Na esteira da CPI das Fake News, o ministro do STF, Alexandre de Moraes, ordenou, em 14/10/2019, dentro do chamado "inquérito das fake news", que a Polícia Federal investigue a relação entre uma rede de mensagens de WhatsApp favoráveis a Bolsonaro e os ataques sofridos pelos ministros da Corte na internet.
- Em 15/10/2019, o assessor especial de Bolsonaro para Assuntos Internacionais, Filipe Martins, foi convocado a depor na CPI das Fake News, por seu suposto envolvimento na fábrica de mentiras instaurada pela campanha de Bolsonaro desde as eleições de 2018.
- Em entrevista ao programa Roda Viva, no dia 21/10/2019, a deputada federal do PSL, Joice Hasselmann, disse que assessores de Bolsonaro e de seus filhos atuam nas redes sociais com perfis falsos para destruir reputações e difundir fake news.
- Em 22/10/2019, foi formalizada a convocação para que o vereador Carlos Bolsonaro dê explicações na CPI das Fake News sobre as mensagens enviadas durante a campanha presidencial de seu pai, já que ele era responsável pela comunicação de campanha de Bolsonaro nas eleições.
- Em 23/10/2019, a CPI das Fake News aprovou 67 requerimentos de convite e convocação, que inclui nomes ligados à oposição e ao governo, como a deputada federal e presidenta do PT, Gleisi Hoffmann; o suplente do senador Flávio Bolsonaro (PSL), Paulo Marinho; a ex-líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL); e o ex-líder do PSL na Câmara, Delegado Waldir.
- Em áudio vazado pelo jornal O Globo, em 24/10/2019, o ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (PSL) reapareceu negociando cargos no legislativo. No material divulgado, Queiroz afirmava que deputados e senadores fazem fila na frente do gabinete do

senador Flávio Bolsonaro, o que facilitaria nomeações sem vinculação ao filho do presidente. Em outro áudio, divulgado em 27/10/2019 pela Folha de S. Paulo, Queiroz disse ter a intenção de assumir o PSL do Rio de Janeiro, de blindar Bolsonaro e de que teme as investigações do Ministério Público, em relação ao processo que responde, junto com Flávio Bolsonaro, sobre as movimentações suspeitas no Coaf. Em 28/10/2019, Bolsonaro admitiu, em entrevista concedida a jornalistas em Abu Dhabi, que conversava com Queiroz sobre demissão de funcionários dos gabinetes dos filhos “até estourar o problema”, e que considerava tal relação com Queiroz algo “normal”. Neste mesmo dia, em novo áudio divulgado pela colunista Constança Rezende do UOL, Queiroz aparece xingando promotores do Ministério Público do Rio e dizendo que a investigação sobre o seu caso “até demorou”. Em 30/10/2019, durante depoimento na CPI das Fake News, o deputado do PSDB, Alexandre Frota, afirmou que Bolsonaro mandou que ele calasse a "matraca" quanto ao caso Queiroz. Já em 03/11/2019, o jornalista Lauro Jardim divulgou em sua coluna que, em janeiro de 2019, um mês depois que o caso do assessor de Flávio Bolsonaro estourou, Jair Bolsonaro mandou um emissário instruir Queiroz a jogar o aparelho de celular fora e adquirir uma nova linha.

- A bancada do PSOL na Câmara dos Deputados apresentou, em 23/10/2019, uma representação à Procuradoria-Geral da República para investigar a família Bolsonaro pelo uso de milícia digitais.
- O Tribunal Superior Eleitoral revelou em 23/10/2019, em nota, que a Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral recebeu informações sobre quatro empresas que teriam sido contratadas durante a campanha eleitoral de 2018 para disparar mensagens em massa pelo WhatsApp em favor da candidatura de Jair Bolsonaro.
- Em 25/10/2019, a imprensa divulgou que o governo Bolsonaro está avaliando recorrer ao Judiciário para que seis assessores convocados pela CPI das Fake News tenham o direito de ficar em silêncio. A lista dos que foram chamados inclui pessoas ligadas ao filho do presidente, vereador Carlos Bolsonaro, que trabalharam na comunicação da campanha de 2018 e atualmente ocupam cargos no Palácio do Planalto, como integrantes do chamado "gabinete do ódio".
- Em 29/10/2019, um estudo da Refinaria de Dados revelou que a milícia digital que influenciou a campanha eleitoral em prol de Bolsonaro, por meio do uso de robôs, continua ativa.
- Em 30/10/2019, durante sua fala na CPI das Fake News, o deputado federal Alexandre Frota (PSDB) citou reunião de que participou nas eleições de 2018, em que Bolsonaro pediu a empresários que impulsionassem as fake news disparadas por pessoas da campanha bolsonarista. Frota contou ter ouvido os nomes dos empresários Otávio Mayer e Letícia Catel, além de Vitor Meta, que ficou responsável por conseguir os patrocínios. Frota também confirmou a informação de que teriam funcionários dentro do gabinete do presidente – e recebendo dinheiro público – voltados para a função de disparar notícias falsas nas redes.
- Em 02/11/2019, foi divulgada uma pesquisa acadêmica realizada na universidade de Swansea, no Reino Unido, que comprovou que o compartilhamento de notícias falsas

por redes sociais foi favorável à eleição de Bolsonaro. No mesmo dia, o deputado Alexandre Frota revelou os nomes dos chefes da milícia digital bolsonarista (Tércio Tomaz, José Matheus Sales Gomes e Mateus Matos Diniz) e disse que eles estão dentro do governo, ao lado da sala do Bolsonaro, morando lá e com apoio do Filipe G. Martins, assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais.

- Em 03/11/2019, as três principais candidatas do PSL de Pernambuco suspeitas de serem laranjas negaram, em depoimento, terem participado de irregularidades e disseram que o material de campanha feito para elas com dinheiro público ajudou a impulsionar a candidatura de Bolsonaro. Em 04/11/2019, em depoimento à Polícia Federal, o ex-ministro Gustavo Bebianno afirmou que o então candidato Bolsonaro chancelou, em 2018, um acordo para repassar 30% do fundo eleitoral do PSL (cerca de R\$ 2,7 milhões) para o diretório do partido em Pernambuco.
- Em 05/11/2019, o blogueiro conhecido como um dos líderes de um esquema de divulgação de mentiras e ataques a adversários do presidente Bolsonaro, Allan dos Santos, depôs na CPI das Fake News e mentiu para os deputados que o estavam questionando no momento de sua fala. O seu blog, Terça Livre, foi flagrado espalhando notícias falsas por diversas empresas de checagem. Durante seu depoimento e orientado pela sua advogada, Allan se recusou a disponibilizar seus dados bancários, fiscais e telefônicos.
- Em 08/11/2019, Bolsonaro admitiu que não estaria na presidência agora se o atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, não tivesse condenado e prendido o ex-presidente Lula pela operação Lava Jato.
- Em 12/11/2019, o ex-ministro Gustavo Bebianno informou que Eduardo Bolsonaro está articulando nos bastidores da CPI das Fake News para que ele não seja convocado para depor.
- Em 14/11/2019, a imprensa divulgou que Carlos Bolsonaro, por orientação de seus advogados, apagou suas redes sociais antes do depoimento que deve prestar à CPI das Fake News.
- Em 16/11/2019, o deputado Alexandre Frota divulgou um áudio do pastor Silas Malafaia, contando que o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria procurado o ex-senador Magno Malta a mando de Bolsonaro e oferecido para ele o cargo de presidente do Conselho do Sesi, com um salário de R\$ 60 mil.
- Em 22/11/2019, o jornal O Globo divulgou que o Ministério Público do Rio abriu novo procedimento específico para investigar as denúncias de uso de funcionários fantasmas e a eventual prática de “rachadinha”, como é conhecida a devolução de salários, no antigo gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).
- Em 25/11/2019, o ministro do STF, Alexandre de Moraes barrou o envio de um inquérito com a investigação da Corte sobre Fake News à CPI que trata do tema no Congresso.

- Em 29/11/2019, o ministro do STF, Gilmar Mendes, derrubou a liminar de Dias Toffoli que paralisava as investigações contra o senador Flávio Bolsonaro.
- Em 04/11/2019, a deputada federal Joice Hasselmann (PSL), ex-líder do governo no Congresso, depôs na CPMI das Fake News e, durante sua fala, apresentou um Power Point detalhando o funcionamento do Gabinete do Ódio e seus integrantes. Segundo Joice, o vereador Carlos Bolsonaro coordena o chamado “Gabinete do Ódio”, formado por Filipe Martins, Tercio Arnaud, José Matheus e Mateus Diniz, e a equipe recebe cerca de R\$ 491 mil de dinheiro público para produzir notícias falsas e memes com o objetivo de atacar ex-aliados e desafetos. Em seu dossiê, Joice também implicou o deputado federal Eduardo Bolsonaro na coordenação das milícias virtuais bolsonaristas, bem como afirmou que Bolsonaro tem pelo menos 1,4 milhão de robôs como seguidores, o que representa mais de um terço dos 5,4 milhões de seguidores do presidente. Além disso, a parlamentar informou que dez parlamentares do grupo bolsonarista do PSL estão envolvidos na milícia digital comandada pelo vereador Carlos Bolsonaro e pelo deputado Eduardo Bolsonaro: as deputadas federais Carla Zambelli (PSL-SP), Bia Kicis (PSL-DF), Chris Tonietto (PSL-RJ), Caroline De Toni (PSL-SC); os deputados federais Filipe Barros (PSL-PR) e Daniel Silveira (PSL-RJ); a deputada estadual Ana Campagnolo (PSL-SC); os deputados estaduais Gil Diniz (PSL-SP) e Douglas Garcia (PSL-SP).
- Em 06/12/2019, a Folha de S.Paulo divulgou que Bolsonaro escondeu um comitê de campanha de 3.500 m², em Belo Horizonte/MG, em sua prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- Em 06/12/2019, O PSOL solicitou a apreensão dos computadores do que ficou conhecido como “Gabinete do Ódio”.
- Em 10/12/2019, o empresário Paulo Marinho, suplente do senador Flávio Bolsonaro, prestou depoimento à CPI das Fake News e informou que Queiroz foi à sua casa três vezes acompanhando o filho de Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018.
- Em 13/12/2019, o hacker da Lava Jato, Walter Delgatti Neto, deu entrevista à Veja e afirmou que também colheu provas de ações para impulsionar mensagens de WhatsApp em favor de Bolsonaro durante a campanha presidencial. O hacker acessou o Telegram dos filhos do presidente, Carlos e Eduardo Bolsonaro.
- Em 18/12/2019, o Ministério Público do Rio de Janeiro realizou mandados de busca e apreensão em endereços de ex-assessores do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho mais velho do presidente Bolsonaro. Foram alvo das buscas os endereços de Fabrício Queiroz, ex-chefe da segurança de Flávio, seus familiares e ainda parentes de Ana Cristina Siqueira Valle, mãe de Flávio e ex-esposa de Jair Bolsonaro. As medidas cautelares foram pedidas na investigação sobre lavagem de dinheiro e desvio de dinheiro público no âmbito do antigo gabinete do senador quando era deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio.
- Em 18/12/2019, a revista Crusoé divulgou relatório do Ministério Público que revela detalhes de esquema de lavagem de dinheiro de Flávio Bolsonaro. Segundo o relatório, Flávio Bolsonaro e sua esposa compraram dois apartamentos em Copacabana para

lavar dinheiro arrecadado por meio da "rachadinha" e os venderam por um valor 300% maior. Investigado por assediar moradores de Copacabana, no Rio de Janeiro, com "serviços de segurança privada", o policial militar Diego de Sodré de Castro Ambrósio também apareceu no relatório do MP-RJ sobre esquema de rachadinhas do gabinete do senador. Ambrósio quitou boletos bancários em nome da esposa de Flávio, fez transferências bancárias para assessores do então deputado estadual e repassou receitas para uma loja na qual o parlamentar é sócio. No mesmo dia, a revista *Crusoe* divulgou que parentes da ex-mulher de Bolsonaro sacaram R\$4 milhões em salários da Alerj. Ainda no relatório, o MP afirmou que o chefe da milícia Escritório do Crime e principal suspeito do assassinato da vereadora Marielle Franco, o ex-PM Adriano Magalhães da Nóbrega, ficava com parte dos valores arrecadados na "rachadinha" no gabinete de Flávio Bolsonaro à época em que ele era deputado estadual. Segundo o MP, Flávio Bolsonaro lavou R\$ 2,3 milhões com imóveis e loja *Kopenhagen*.

- Em 20/12/2019, Flávio Bolsonaro afirmou que não fazia lavagem de dinheiro em sua loja da franquia *Kopenhagen*, dizendo que a franqueadora faz auditoria em suas lojas. No entanto, a *Kopenhagen* informou que não faz auditoria financeira das suas mais de 400 franquias no Brasil, entre elas a *Bolsotini Chocolates e Café, LTDA*, de Flávio Bolsonaro.
- Em 22/12/2019, o MP-RJ quebrou o sigilo fiscal de Michele Bolsonaro, na investigação do cheque de R\$24 mil de Fabrício Queiroz para a esposa do presidente.
- Em 05/01/2020, Ana Cristina Siqueira Valle, segunda ex-esposa de Jair Bolsonaro, foi convocada pelo MP-RJ para prestar depoimento, na investigação do esquema de rachadinhas no gabinete do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ).
- Em 09/01/2020, a força-tarefa do Ministério Público Federal na operação *Greenfield* apresentou denúncia à Justiça contra Esteves Colnago, um assessor do ministro da Economia, Paulo Guedes, e outras 28 pessoas responsáveis pela gestão dos fundos de pensão *Petros*, *Funcef*, *Previ* e *Valia*, com pedido recorde de reparação pelos prejuízos causados. Os procuradores acusaram os envolvidos de gestão temerária na aprovação de investimento do Fundo de Investimentos e Participações (FIP) *Sondas* —veículo de investimentos da empresa *Sete Brasil Participações*. Eles cobraram, além da condenação dos denunciados, uma reparação econômica e moral das vítimas de 16 bilhões de reais, o triplo do montante causado em prejuízo aos fundos, cerca de 5,5 bilhões de reais.
- Em 13/01/2020, a revista *Época* divulgou que foi por ordem de Bolsonaro que Fabrício Queiroz faltou a um depoimento do Ministério Público do Rio de Janeiro, antes do final das eleições de 2018.
- Em 15/01/2020, a *Folha de S. Paulo* divulgou que o chefe da *Secom* (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), Fabio Wajngarten, recebeu, por meio de uma empresa da qual é sócio, dinheiro de emissoras de TV e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, ministérios e estatais do governo Bolsonaro. A *Secom* é a responsável pela distribuição da verba de propaganda do Planalto e também por ditar as regras para as contas dos demais órgãos federais. Em 2019, gastou R\$ 197 milhões em campanhas. No mesmo dia, ao ser questionado por

jornalistas sobre a suspeita de corrupção na Secom, Bolsonaro encerrou a coletiva de imprensa.

- Em 16/01/2020, o portal UOL divulgou que a CPI mista das Fake News no Congresso identificou uma lista com as linhas telefônicas de WhatsApp responsáveis pelas maiores quantidades de disparo de mensagens em massa pró-Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018. O levantamento foi feito a partir de documentos que a empresa remeteu à comissão de inquérito em novembro passado.
- Em áudio divulgado na noite de 17/01/2020, no Twitter, pela deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP), a parlamentar bolsonarista Carla Zambelli (PSL-SP), revelou que o governo Bolsonaro comprou votos para aprovação da Reforma da Previdência.
- Em 23/01/2020, a ONG Transparência Internacional divulgou seu relatório anual, no qual denunciou que o Brasil é vítima de “ingerência” e interferência, por parte do presidente Bolsonaro, nos órgãos anticorrupção.
- Em 24/01/2020, o Congresso Em Foco divulgou que o número dois da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Samy Liberman, estava com os bens bloqueados por ser acusado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de participar de um esquema de fraudes e crimes tributários.
- Em 25/01/2020, a Folha de S. Paulo divulgou que Flávio Bolsonaro lavou até R\$ 1,6 milhão em loja de chocolate, segundo o Ministério Público. A promotoria afirmou que a franquia recebia depósitos desproporcionais que coincidiam com datas de recolhimentos feitos por Queiroz.
- Em 03/02/2020, a Polícia Federal, sob o comando de Sergio Moro, finalizou um relatório que deve livrar o senador Flávio Bolsonaro de ao menos dois de uma série de processos que ele é alvo. O documento diz que não há indícios de que Flávio tenha cometido os crimes de lavagem de dinheiro e de falsidade ideológica na investigação eleitoral que trata das negociações de imóveis e da sua declaração de bens na eleição de 2018.
- Em 04/02/2020, a Folha de S. Paulo divulgou que o dono da agência de publicidade FW Comunicação, Fábio Wajngarten, ao assumir como secretário de Comunicação da Presidência, omitiu da Comissão de Ética Pública informações sobre as atividades de sua empresa e os contratos mantidos por ela com TVs, como Record, SBT e Band, e agências de propaganda. Todos esses clientes de Wajngarten também recebem dinheiro da própria secretaria de Comunicação, além de ministérios e de estatais do governo Bolsonaro.
- Em 04/02/2020, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar o chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Fabio Wajngarten. O objetivo da investigação é apurar as suspeitas dos crimes de peculato, corrupção passiva e advocacia administrativa, denunciadas pela Folha de S. Paulo.
- Em 22/02/2020, a revista Isto É publicou reportagem denunciando que Valdenice de Oliveira Meliga, irmã dos milicianos Alan e Alex Rodrigues Oliveira, presos na operação “Quarto Elemento” do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

(Gaeco) e do Ministério Público do Rio de Janeiro, assinou cheques de despesas da campanha em nome do então deputado estadual e atual senador, Flávio Bolsonaro (PSL).

- Em 04/03/2020, a defesa do senador Flávio Bolsonaro ingressou, de uma só vez, com dois pedidos visando paralisar as investigações sobre os crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa e peculato que correm contra o parlamentar, no caso das "rachadinhas" da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Transparência

- Falta de transparência na gestão, expressada, por exemplo, na omissão dos gastos do governo com cartão corporativo, no caso de Temer, e no caso de Bolsonaro, a alteração nas regras de aplicação da Lei de Acesso à Informação, com a assinatura de um decreto, pelo vice-presidente, permitindo que servidores comissionados e dirigentes de fundações, autarquias e empresas públicas impusessem sigilo ultrassecreto a dados públicos. O sigilo foi, depois, derrubado em votação no Congresso.
- Falta de transparência no planejamento em infraestrutura no Brasil, ou seja, a sociedade brasileira perdeu o direito de saber qual o planejamento do governo, os custos, o cronograma e as prioridades de investimentos.
- Em 30/12/2019, a Revista Fórum divulgou que os gastos de Bolsonaro com cartão corporativo em 2019 foram de R\$14,9 milhões, o que equivale a R\$1.708,00 por hora. Bolsonaro manteve esses gastos sob sigilo, apesar de decisão do STF de que os valores fossem revelados.
- Em 30/12/2019, o Estadão divulgou que a Presidência da República gastou R\$ 8 milhões em quase um ano do governo Bolsonaro. A Secretaria de Administração, responsável pelas despesas do presidente e seus servidores no Planalto, não divulga as notas fiscais que detalhariam como e de que forma os valores foram gastos, impedindo o seu detalhamento.
- Em 06/01/2020, o Estadão divulgou que Bolsonaro liberou um valor recorde de emendas parlamentares em 2019. Ele desembolsou R\$ 5,7 bilhões, valor acima dos R\$ 5,29 bilhões que haviam sido pagos por Michel Temer em 2018 (o montante mais alto até então, já considerada a inflação do período). A conta mostrou que, apesar da relação conturbada com o Congresso e das críticas ao "toma lá, dá cá", o governo não deixou de atender a demandas de deputados e senadores para investir recursos em suas bases eleitorais, em troca de votações favoráveis ao governo.

Comunicação, Propaganda e Inteligência

- Ameaças constantes ao direito de livre manifestação, garantia de uma gestão democrática e condizente com direitos constitucionais.
- No âmbito da utilização de tecnologias de informação na gestão, o governo Temer substituiu o uso de softwares livres por programas pagos em toda a estrutura governamental, indo, portanto, na contramão do uso eficiente de recursos no setor.

- Utilização de propaganda falsa para defender os inúmeros retrocessos impostos pelo governo, comprometendo, assim, o direito da população ao acesso à informação segura e verdadeira (exemplo disso é a propaganda massiva que o governo golpista tem feito para defender a reforma da Previdência).
- Em abril de 2019, Bolsonaro formalizou a união da TV Brasil, da rede Empresa Brasil de Comunicação (EBC), principal TV pública do país, com a NBR, uma TV Estatal, que tem como objetivo informar as ações do Governo Federal. A medida foi considerada um aparelhamento da emissora pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Além disso, desde o início de seu governo, profissionais da EBC têm relatado sofrer com a censura. Um exemplo foi a censura às matérias que tratavam dos 55 anos do golpe de 1964.
- Um levantamento feito pelo portal UOL em abril de 2019 mostrou que os gastos com publicidade feitos pelo governo Bolsonaro no primeiro trimestre cresceram 63% em relação ao mesmo período do ano anterior e chegaram a 75,5 milhões de reais. Além disso, Bolsonaro tornou a Record, mídia do bispo Edir Macedo, a maior recebedora do bolo publicitário. A emissora da Igreja Universal do Reino de Deus ficou com 10,3 milhões de reais. Em segundo veio o SBT, com 7,3 milhões de reais. Em terceiro a Globo, com 7,07 milhões. Até então a Globo era quem recebia a maior verba por ser a maior empresa de comunicação do Brasil.
- Bolsonaro assinou uma MP que legaliza a divulgação de editais apenas em Diário Oficial e sites oficiais do governo. O presidente da Associação Nacional de Jornais, Marcelo Rech, afirmou que a medida fere o princípio de publicidade de atos públicos. A decisão vale para União, estados e municípios.
- A propaganda da Presidência foi a área mais favorecida no remanejamento de R\$ 171,3 milhões do governo federal em setembro de 2019. A comunicação do Planalto recebeu R\$ 126,3 milhões, 74% desse repasse. O grosso do dinheiro foi tirado do Ministério da Cidadania — mais de R\$ 100 milhões. Entre as áreas afetadas, estão "promoção e fomento à cultura brasileira", "aquisição e distribuição de alimentos na agricultura familiar" e "apoio a tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos na zona rural". Em meio ao cenário caótico na Amazônia, com desmatamento e incêndios batendo recorde, o Ministério do Meio Ambiente segue com R\$ 195 milhões bloqueados, sendo que só a verba remanejada para a comunicação cobriria 65% desse valor.
- Uma imagem da vereadora Marielle Franco foi censurada do programa “Antenize”, da TV Brasil, canal da EBC, em outubro de 2019. Em seguida, Vancarlos Alves, diretor de programação da EBC, foi demitido, demonstrando que a prática da censura do governo Bolsonaro está se alastrando nos setores culturais, artísticos, educacionais e comunicacionais.
- Segundo reportagem do The Intercept Brasil de 15/10/2019, o governo Bolsonaro instalou uma estrutura de vigilância de cidadãos brasileiros jamais vista. Por meio dos Decretos 10.046 e 10.047, aprovados no apagar das luzes, Bolsonaro criou uma ferramenta de vigilância estatal gigantesca, que transcende dados como CPF, filiação, data de nascimento. Ela inclui também todas as informações laborais e biométricas.

- Em 17/10/2019, o filho de Bolsonaro, vereador Carlos Bolsonaro, assumiu que escreve no Twitter do pai, após ter que apagar uma postagem em que defendia, em nome do presidente, a aprovação da prisão em segunda instância no julgamento iniciado pelo STF.
- Em 22/10/2019, a imprensa divulgou que Bolsonaro pediu monitoramento por parte das Forças Armadas e de órgãos do governo para evitar protestos semelhantes aos que estão acontecendo no Chile.
- O governo Bolsonaro recrutou um agente secreto para lidar com movimentos sociais nacionais e estrangeiros. A nomeação do espião aconteceu no mesmo dia em que o Greenpeace realizou um protesto na frente do Planalto devido ao derramamento de óleo no litoral Nordeste do Brasil (23/10/2019). O araponga foi empregado como assessor no Departamento de Relações com Organizações Internacionais e Organizações da Sociedade Civil, uma repartição da Secretaria de Governo da Presidência.
- Em 28/10/2019, Bolsonaro ameaçou cassar concessão da Globo por “jogar pesado” contra ele.
- Em 31/10/2019, Bolsonaro ordenou o cancelamento de todas as assinaturas do jornal Folha de S.Paulo nos órgãos do governo federal e ameaçou seus anunciantes.
- Em 12/11/2019, a Folha divulgou que um Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o governo Bolsonaro destinou mais verbas publicitárias para Record e SBT —emissoras que não são líderes de audiência – do que para a Globo, que é a líder de audiência, demonstrando que a lógica da distribuição é o alinhamento ou não ao governo.
- Em 26/11/2019, jornalistas da EBC enviaram uma carta à cúpula da emissora estatal, denunciando a censura na cobertura das investigações do assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.
- Em 28/11/2019, Bolsonaro excluiu a Folha de S.Paulo de um edital para renovar assinaturas de jornais e revistas da administração federal. Em 29/11/2019, afirmou que não irá mais comprar produtos de empresas que anunciarem no jornal e recomendou que a população deixe de comprá-lo. No mesmo dia, a Folha fez um editorial histórico chamado “Fantasia de imperador”, em que considerou que Bolsonaro “combina leviandade e autoritarismo” e não entende os “limites que a República impõe ao exercício da Presidência”. Em 06/12/2019, por medo de impeachment, Bolsonaro voltou atrás e revogou o edital que excluía a Folha da licitação.
- A medida provisória que desobrigava as empresas de capital aberto a publicarem seus balanços em jornais perdeu a validade em 03/12/2019, sem nem entrar na pauta da Câmara dos Deputados.
- Em 20/12/2019, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) divulgou uma nota de repúdio ao comportamento destemperado de Bolsonaro. Extremamente irritado com as acusações de corrupção no clã, o presidente incitou apoiadores e

agrediu jornalistas, durante a parada diária que faz pela manhã na saída do Palácio da Alvorada.

- Em 20/12/2019, após Bolsonaro declarar a suspeita de que uma pessoa próxima estaria envolvida no episódio da facada de Adélio Bispo, o ex-ministro Gustavo Bebianno afirmou, no programa 3 em 1 da Rádio Jovem Pan, que um aliado do presidente tentou sequestrar o jornalista Lauro Jardim, do O Globo, e fez ameaças a outros profissionais do grupo.
- Em 21/12/2019, o Estadão dedicou um editorial ao desequilíbrio psicológico de Bolsonaro, que atacou um jornalista na coletiva, dizendo que ele tinha “uma cara de homossexual terrível”.
- Em 08/01/2020, a Revista Fórum divulgou que uma reportagem do programa “Fique ligado”, da TV Brasil, que foi ao ar em 06/01/2020, sobre a exposição “O Pasquim 50 anos”, em cartaz no Sesc de São Paulo, sofreu censura. Trecho que mencionava a prisão de jornalistas do semanário durante a ditadura militar foi cortado.
- Em 16/01/2020, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) divulgou um levantamento, apontando que os ataques a jornalistas e a veículos de imprensa cresceram 54,07% em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro.
- Em 03/02/2020, a Secom usou uma conta virtual oficial para atacar a cineasta Petra Costa, indicada ao Oscar de melhor documentário por “Democracia em Vertigem”, com visão crítica ao impeachment de Dilma Rousseff. Em postagem no Twitter, a secretaria chamou Costa de “militante anti-Brasil”. Segundo a advogada e especialista em direito administrativo, Mônica Sapucaia, os tuítes da Secom feriram a Constituição.
- Em 03/03/2020, foi publicada uma Medida Provisória assinada por Bolsonaro que recriou os sorteios de prêmios nas TVs abertas, beneficiando diretamente as emissoras de Silvio Santos, Edir Macedo e Marcelo de Carvalho. A iniciativa foi proibida no final dos anos 1990, por ser considerada nociva aos consumidores.
- Em 03/03/2020, a Controladoria-Geral da União (CGU) impediu a divulgação de relatórios de monitoramento de redes sociais realizados pelo governo Bolsonaro em 2019. A CGU contrariou opinião técnica de uma auditora-fiscal que deu parecer positivo para a liberação dos documentos, alegando que a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) falhou ao expor os motivos para evitar a divulgação dos relatórios. O Palácio do Planalto havia colocado os documentos sob sigilo, argumentando que a liberação violaria a lei de direitos autorais, justificativa não acatada por especialistas em Lei de Acesso à Informação. O governo Bolsonaro monitora os usuários de quatro redes sociais: Facebook, Twitter, Instagram e Youtube.
- Em 03/03/2020, apoiadores do governo Bolsonaro voltaram a usar a tática de disseminar notícias falsas e factoides para mobilizar o núcleo duro de seus seguidores contra o Congresso Nacional, com a ajuda dos grupos de Whatsapp, páginas em redes sociais e blogs de extrema-direita. Com o aval de Bolsonaro, que disseminou um vídeo sobre o tema, o Legislativo entrou na mira dos atos convocados para o dia 15 de

março, cujas pautas incluem até o fechamento da Casas parlamentares via intervenção militar.

- Redução da autonomia e aumento da censura, tendo como exemplos o controle das redes sociais dos ministérios e órgãos do governo e o cerceamento da liberdade de imprensa, inclusive com a proibição da circulação de jornalistas em áreas do Palácio do Planalto. Além disso, é constante a tentativa de destruir reputações do meio jornalístico por parte do próprio presidente, de seus familiares e de integrantes do governo, com o intuito de desqualificar a informação trazida por esses profissionais quando não são alinhadas ao governo.

Exaltação a ditaduras e práticas autoritárias

Frequentemente, Bolsonaro discursa em defesa de ditaduras latino-americanas, sobretudo a brasileira, e exalta ditadores e torturadores sanguinários, como Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador brasileiro, Augusto Pinochet, ditador chileno, Alfredo Stroessner, ditador paraguaio, entre outros.

- A ministra Damares Alves anunciou, em março de 2019, uma auditoria nas reparações a anistiados e tem usado os mais de 1.300 pedidos de indenizações negados como propaganda de boa gestão de recursos. Os pedidos de militantes que integraram ações opositoras estão sendo negados, sob o argumento de que estes participavam de "organizações terroristas".
- Bolsonaro atacou a memória do pai do atual presidente da OAB, morto sob tortura durante a ditadura brasileira, bem como gerou uma crise com o Chile, ao atacar a memória do pai da ex-presidenta chilena, Michele Bachelet.
- No governo Bolsonaro, a Comissão de Anistia mudou critérios e vítimas da ditadura passaram a ser consideradas como terroristas.
- O filho do presidente, Carlos Bolsonaro, gerou uma crise interna ao afirmar que as transformações que o Brasil precisa não acontecerão numa democracia, numa clara defesa da ditadura. Bolsonaro, por sua vez, corroborou a afirmação do filho, dizendo que ele tem razão, novamente, exaltando regimes ditatoriais.
- O governo Bolsonaro se recusou a reconhecer na ONU a existência de um golpe de estado em 1964 no Brasil, durante audiência no dia 11 de setembro de 2019 no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, onde a OAB (Organização dos Advogados do Brasil) e o IVH (Instituto Vladimir Herzog) cobra que se faça um monitoramento do comportamento do governo federal de realizar um desmonte dos instrumentos de Justiça, Verdade e Memória no país. Em seu discurso, o relator da ONU para o Direito à Verdade, Fabian Salvioli, não citou diretamente Bolsonaro, mas lhe passou um claro recado: "É um insulto dizer que vítimas estão em busca de dinheiro". O relator ainda acrescentou que a reparação pelos abusos "é um direito". Num evento realizado pela OAB, relatores internacionais e entidades, no dia 10/09/2019, o Itamaraty também evitou usar o termo "regime militar" e insistiu em falar de "eventos entre 1964 e 1985".

- Na Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos tem vasculhado redes sociais de servidores e familiares para investigar preferências políticas, numa clara postura ditatorial.
- Bolsonaro recomendou a um grupo de estudantes que visitava o Palácio da Alvorada, em 30 de setembro de 2019, que indicassem o livro “A Verdade Sufocada – A História que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, para uma professora “de esquerda”.
- Em 16/10/2019, o guru de Bolsonaro, Olavo de Carvalho, defendeu, em suas redes sociais, a ditadura e um novo AI-5, mobilizando uma campanha por parte de bolsonaristas.
- Em 22/10/2019, Bolsonaro, que estava em Tóquio/Japão, voltou a exaltar a ditadura Pinochet, ao falar da crise e dos protestos que ocorrem no Chile.
- Em 29/10/2019, Eduardo Bolsonaro insinuou, em discurso no Plenário da Câmara dos Deputados, que se ocorrerem no Brasil protestos como o do Chile, a ditadura voltará ao país. Em 30/10/2019, o general Augusto Heleno reforçou, por meio do Twitter, as ameaças de Eduardo de que uma nova ditadura pode ser implantada no Brasil. Em entrevista ao canal de Youtube da jornalista Leda Nagle, em 31/10/2019, Eduardo voltou a fazer ameaças, dizendo que um novo AI-5 poderá ser instaurado se a onda de protestos de outros países chegar ao Brasil. No mesmo dia, o presidente Bolsonaro afirmou que a reportagem da Globo sobre seu suposto envolvimento no assassinato da vereadora Marielle Franco era um “plano para incriminar o presidente e desestabilizar o Brasil” que poderia ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Ainda no dia 31/10/2019, o PSOL anunciou que entraria com pedido de cassação do mandato de Eduardo no Conselho de Ética da Câmara e denúncia contra ele no STF, bem como os presidentes da Câmara e do Senado emitiram uma nota repudiando as declarações de Eduardo. A representação contra o filho de Bolsonaro na Comissão de Ética foi protocolada em 05/11/2019. Diante da ameaça de perder o mandato parlamentar, em 06/11/2019, Eduardo Bolsonaro se negou a pedir desculpas na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional sobre as declarações de retorno do AI-5 e ainda chamou deputados para um debate sobre a ditadura militar.
- Em 01/11/2019, a revista Fórum divulgou que a assessoria do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, enviou a diplomatas o livro “A Verdade Sufocada”, do ex-chefe do DOI-CODI, Carlos Alberto Brilhante Ustra, condenado por tortura na ditadura militar, com o intuito de embasar uma apresentação para países estrangeiros.
- Em 03/11/2019, a associação que reúne servidores de várias carreiras do Ministério do Meio Ambiente (Ascema Nacional) denunciou Bolsonaro por ter ameaçado enviar funcionários da área para a “ponta de praia”, gíria da ditadura militar usada para se referir a lugares de execução. A entidade prometeu, ainda, denunciar o presidente em fóruns internacionais de direitos humanos.
- Em 07/11/2019, Bolsonaro recebeu, pela segunda vez, no Palácio do Planalto, a viúva do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar condenado por sequestro e tortura durante a ditadura.

- Em 14/11/2019, durante sua live semanal, Bolsonaro negou que tenha existido ditadura militar no Brasil ao comentar sobre as provas do ENEM de 2019.
- Em 16/11/2019, o jornalista Fábio Pannunzio divulgou parte da entrevista que fez com Gustavo Bebianno, na qual o ex-ministro declarou que Bolsonaro representa uma ameaça ao Brasil e que ele pode tentar um golpe para se manter no poder.
- Em 25/11/2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que não é possível se assustar com a ideia de alguém pedir o AI-5 diante de uma possível radicalização dos protestos de rua no Brasil. Por conta dessa fala, o senador Fabiano Contarato (Rede) fez uma representação contra o ministro na Comissão de Ética da presidência da República.
- Em 26/11/2019, foram instaurados três processos contra o deputado federal Eduardo Bolsonaro no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados por quebra do decoro parlamentar, que podem render até a cassação do seu mandato. As representações foram apresentadas pela oposição e pelo próprio PSL por conta da fala de Eduardo sobre o AI-5 e das acusações trocadas com a ex-líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann.
- Em 05/12/2019, a imprensa divulgou que a TV Brasil censurou o clipe com a canção “O real resiste”, de Arnaldo Antunes, que fala e mostra cenas de violência policial e disseminação de preconceitos no Brasil.
- Em 09/12/2019, durante um almoço comemorativo da promoção de novos oficiais das Forças Armadas, Bolsonaro voltou a exaltar ditadores e afirmou que espera, no futuro, que os militares estejam à frente do Brasil.
- Em 13/12/2019, o vice-presidente Hamilton Mourão minimizou o efeito do AI-5 durante a ditadura.
- Em 22/01/2020, o Brasil caiu no ranking que avalia o desempenho democrático dos governos. A classificação de 2019 foi publicada pela The Economist Intelligence Unit, um braço da revista The Economist. No total, o Brasil somou apenas 6,8 pontos, numa escala de zero à dez, abaixo do que registrou em 2018. Com isso, o país passou a ocupar 52ª posição, praticamente ao lado da Tunísia. Com essa pontuação, o Brasil foi classificado como “democracias falhas” ou “democracias imperfeitas”. A definição se refere a locais onde existem eleições livres e justas e onde as liberdades básicas são respeitadas. Mas existem fragilidades significativas na gestão do governo, uma cultura política insuficiente e uma participação popular reduzida no destino das políticas adotadas.
- Em 19/02/2020, o astrólogo e guru do bolsonarismo, Olavo de Carvalho, foi às redes sociais para, mais uma vez, pedir um golpe militar no país. Olavo defendeu a “união do Presidente com o Povo e as Forças Armadas” para evitar a dominação de “grupos criminosos”, sem especificar quais eram.

Ataques a instituições, empresas, partidos e lideranças políticas

- Em 28/10/2019, Bolsonaro publicou, em seu Twitter, o trecho de um vídeo, sugerindo que é um leão atacado por hienas do PT, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Também apareceram como hienas o feminismo, a Globo, o Movimento Brasil Livre, a lei Rouanet, a força sindical, o isentão, o PCdoB, o PSDB, a Força Sindical, o PDT, a Folha de São Paulo, a revista Veja, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Estadão, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Psol e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Horas depois, devido à repercussão negativa, Bolsonaro apagou o vídeo e pediu desculpas, apesar de alegar não ter sido ele a publicá-lo. Como resultado dessa campanha difamatória contra os ministros do STF, em 30/10/2019, ao sair de um evento em São Paulo, o ministro Dias Toffoli teve seu carro cercado por manifestantes vestidos de verde e amarelo, que bateram na lataria e estenderam uma faixa em frente ao veículo que dizia “Hienas do STF”.
- Em 01/11/2019, a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) divulgou que, desde o início de seu governo, Bolsonaro já acumula 99 ataques a jornalistas e a empresas/veículos de comunicação. O mapeamento realizado pela Fenaj listou todas as declarações de Bolsonaro que podem ser consideradas como um ataque à imprensa.
- Num claro movimento de perseguição ao PT, em 05/11/2019, a Polícia Federal controlada pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, deflagrou uma operação para apurar repasse de R\$ 40 milhões para políticos do MDB e solicitou a prisão, dentre outros políticos, da ex-presidenta Dilma Rousseff. A prisão só não ocorreu porque o ministro do STF, Edson Fachin, não autorizou. O delegado que solicitou as prisões, Bernardo Guidali Amaral, é aliado de Moro.

Além dos retrocessos no Eixo Gestão Ética, Democrática e Eficiente, recomendamos também a leitura do desmonte que vem sendo promovido, desde 2016, nos demais eixos do Modo Petista de Governar. [Aqui](#), você confere todas as medidas regressivas do governo Bolsonaro, por temas, atualizadas semanalmente.